



## PELA CONSTRUÇÃO DE UMA FRENTE UNITÁRIA DE LUTA!

**A** defesa dos direitos dos petroleiros e petroleiras (diretos, indiretos, ativos, aposentados, das empresas estatais e privadas), bem como de todos os trabalhadores, do patrimônio público e da liberdade de organização e expressão são os objetivos principais do Sindipetro RJ.

Consideramos fundamentais as iniciativas que apontem ações unitárias para enfrentar os planos impostos pelo atual governo e os já anunciados pelo governo eleito, que se chocam frontalmente com os objetivos acima.

Reafirmamos, por outro lado, a autonomia desta gestão do Sindipetro-RJ frente a qualquer partido ou frente eleitoral.

Desta forma, apontamos alguns elementos importantes para a construção de uma **FRENTE UNITÁRIA**:

- Constituir-se a partir das entidades, associações, movimentos e do ativismo em geral da classe trabalhadora e da juventude;

- Orientar-se por um programa que consista na defesa das estatais, do patrimônio público, dos direitos trabalhistas e das liberdades democráticas;

- Ser dirigida democraticamente por entidades designadas para esta

tarefa, respeitando-se o programa que nos unifica e procurando construir calendário e demais iniciativas em comum acordo.

Apontamos também elementos que se chocam com esta concepção:

- Não concebemos a construção desta frente a partir de ou muito menos controlada por partidos políticos, frentes eleitorais ou articulações parlamentares, respeitando obviamente as iniciativas dos diferentes atores, mas não é esta a Frente de que tratamos na presente resolução e na qual o Sindipetro RJ se encaixa;

- Rejeitamos e não participaremos de movimentos ou ações que atendam a outros interesses, notadamente os partidários e eleitorais, e que se desvirtuem do programa unitário, obviamente respeitando o direito de cada associado ou diretor sindical participar ou se pronunciar enquanto ativista individualmente ou membro de sua organização política (não em nome do Sindicato).

A plenária realizada no Rio de Janeiro, por um lado, foi organizada, convocada e dirigida por frentes partidárias eleitorais mas, por outro, se definiu por passar a ser organizada a partir das entidades sindicais e associações presentes, bem como pelo ativismo organizado territorialmente.

Frente a este quadro, o Sindipetro-RJ se define, no momento, como participante observador desta iniciativa, bem como procurará as demais entidades presentes na plenária para aprofundar a concepção de construção, o programa, seu funcionamento, coordenação, atividades etc.

Propomos também pautar a campanha pela redução dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha e a defesa do petróleo, do Pré-Sal e outros recursos minerais como o nióbio.

Rio de Janeiro, 05/11/2018  
Direção Colegiada Sindipetro-RJ

Veja o que ocorreu na plenária no QR-Code ao lado:



### AGENDA DE MOBILIZAÇÃO:

**20/11** DIA DE ZUMBI E DA CONSCIÊNCIA NEGRA

**25/11** DIA NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

**03/12** DIA INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**10/12** DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

**HOJE às 14h - REUNIÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS com Palestra sobre a Resolução 23 - no auditório do Sindipetro-RJ.**



# #EDUCAÇÃOSEMORDAÇA: STF SE POSICIONA EM DEFESA DA LIBERDADE DE CÁTEDRA E DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou a favor da liberdade de expressão, da autonomia universitária e da liberdade de cátedra. O posicionamento se deu no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 548, ocorrido em 31 de outubro.

Todos os membros da corte seguiram o voto da ministra Cármen Lúcia, para quem: “A liberdade de pensamento e expressão não é uma concessão do Estado, mas um direito inalienável do indivíduo”. O minis-

tro Luiz Fux não votou, porque estava em viagem.

A audiência apreciou a ação da Procuradoria-Geral da República, que questionava a ação do Estado em universidades. A ADPF pedia a “suspensão dos efeitos de atos judiciais ou administrativos, emanados de autoridade pública que possibilite, determine ou promova o ingresso de agentes públicos em universidades públicas e privadas”. No sábado (27), Carmen Lúcia havia, liminarmente, acatado o pedido da PGR.

Os ministros destacaram a neces-

sidade de defesa intransigente da autonomia universitária, didático-científica, de pesquisa, ensino e aprendizagem, garantidos pela Constituição Federal.

Também ressaltaram o direito constitucional à liberdade de reunião, que é uma das maiores conquistas da democracia.

Na compreensão dos ministros, o Estado não pode usar a lei eleitoral como justificativa para cercear a fundamental liberdade de expressão e a autonomia universitária.

Fonte: ANDES



## SUCATEAR A BGL-1 PREJUDICA A PETROBRÁS

A Balsa Guindaste e de Lançamento 1 (BGL-1) é um ativo que pelo menos parte da hierarquia da Petrobrás quer alienar. Como explicamos na matéria BGL-1: um ativo a ser conhecido e mantido na Petrobrás (<http://sindipetro.org.br/bgl-1-um-ativo-a-ser-conhecido-e-mantido-na-petrobras/>), somos contra essa alienação.

No quadro das reuniões que realizamos com a hierarquia do Serviços de Equipamentos Submarinos da área de Sistemas Submarinos (SUB/EQSB), incluindo a gerência de Serviços de Instalações Marítimas, o SIMA (SUB/EQSB/SIMA), gerência à qual a balsa está vinculada, temos insistido nas críticas. Uma delas é o que consideramos uma política de tentativa de fato consumado.

Segundo o próprio SIMA, a proposta de alienação da balsa ainda não chegou formalmente à Direto-

ria Executiva da empresa. Mesmo assim, o SIMA está sucateando a BGL-1. Retirou quase todos os materiais da embarcação, que está atracada no Estaleiro Inhaúma, no Caju. Diminuiu drasticamente a equipe a bordo, não mantém essa equipe 24 horas por dia na balsa, pretende diminuir ainda mais a equipe e, na prática, já coloca o equipamento numa hibernação, mesmo sem, até onde sabemos, autorização da Marinha. Além disso, os reparos em casos como o não funcionamento de sistema de telecomunicações e da refrigeração têm demorado.

Se, como diz a hierarquia do SIMA, a Diretoria Executiva da Petrobrás ainda não decidiu sobre a alienação da BGL-1, por que deixar a balsa dessa maneira? Afinal, se a Diretoria Executiva ainda não decidiu, existe, pelo menos em tese, a possibilidade de a balsa não ser alienada. A Petrobrás sempre elogiou a balsa, apresentando-a como um equipamento estratégico.

Além disso, sabemos de questio-

amentos técnicos internos quanto à decisão de se desfazer dela. Sabemos também que muitos descomissionamentos de plataformas estão sendo preparados para os próximos anos, no que será um dos grandes negócios do Setor de Óleo e Gás (e da Engenharia) no período. A BGL-1 é talhada para pelo menos parte desses descomissionamentos. E o setor ao qual ela está vinculada não aceita nem fazer estudos sobre a possibilidade de, em vez de aliená-la, arrendá-la, mantendo-a como um ativo da Petrobrás. Mesmo na hipótese da diretoria da Petrobrás aprovar a alienação, esse sucateamento nos parece bastante prejudicial, inclusive porque traz, entre outros riscos, os de quebra de equipamentos que ainda estão na balsa (pela falta de suficiente manutenção), de perdas/furtos de materiais (como de um sino da embarcação, até agora sem explicação), de acidentes e de desvalorização da BGL-1 numa eventual venda.

## Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

[www.sindipetro.org.br](http://www.sindipetro.org.br)

(21)3034-7300/7326

**Comunicação:** Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | (21)3034-7307/7337

**Edição e redação:** André Lobão (MTb 28.307-RJ)

**Secretaria:** Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias

**Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000

# CESSÃO ONEROSA EM VIAS DE ENTREGA NO SENADO

**N**a quarta-feira (31), o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), encerrou a sessão de votações na Casa sem apreciar o requerimento de urgência do projeto de lei da Cessão Onerosa.

A votação deve ser retomada nesta terça-feira (6). Se o requerimento for aprovado, o projeto de lei, por sua vez, pode ser votado amanhã (7).

De acordo com o líder do governo Temer no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o requerimento só será analisado após a votação de um projeto de lei que traz uma proposta de acordo para o imbróglho bilionário do risco hidrológico (a diferença entre a energia contratada de hidrelétricas e o total

entregue em períodos de escassez de chuvas).

O relatório do projeto de lei que traz a emenda do risco hidrológico tem impactos bilionários para o governo, pois prevê o pagamento de recursos para a Cemig por usinas que não pertencem mais à empresa. Bezerra Coelho reconhece que a proposta não tem apoio do atual governo, mas disse que a arrecadação do leilão de óleo excedente da Cessão Onerosa será para pagar a companhia.

Além disso, esses recursos também seriam destinados ao fundo Brasduto, para a construção de gasodutos. A ideia já foi apresentada em propostas anteriores, com o nome de Dutogás, e é considerada inconstitucional por técnicos. O fundo retira

dinheiro que iria para o Fundo Social do Pré-Sal, que destina recursos para a saúde e educação, para investimento em infraestrutura privada.

O projeto de lei só não foi votado no Plenário a pedido do líder do PT na Casa, senador Lindberg Farias (RJ), e do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). “A redação suscita dúvidas e vamos procurar esclarecer essa dúvida para que a matéria possa de fato merecer amplo apoio das lideranças do Senado”, afirmou Bezerra Coelho.

Segundo ele, a União teria que pagar cerca de R\$ 4 bilhões à Cemig. “A cessão onerosa vai dar R\$ 100 bilhões. São matérias que estão sendo negociadas no Congresso. Todas elas, se aprovadas, vão significar receitas adicionais para a União.”



## ARRENDAMENTO DAS FAFENS

**J**ornais especializados informam que a Petrobrás vai lançar em janeiro um edital de arrendamento das fábricas de fertilizantes nitrogenados localizadas na Bahia e em Sergipe, o que poderá evitar o fechamento definitivo das unidades. O prazo foi acertado com os governos estaduais e federações de indústrias, que tentam evitar o desligamento das fábricas agora previsto para 31 de janeiro.

Em comunicado anunciado em 30 de outubro sobre nova prorrogação para hibernação das unidades, a Petrobrás disse que era preciso mais tempo para a “conclusão da análise das alternativas”, entre as quais um “possível processo de arrendamento das fábricas a terceiros”.

“Precisamos aumentar a pressão para que a FAFEN permaneça como parte da Petrobrás, retome os investimentos, garanta os empregos, recupere os empregos perdidos e que o preço do fertilizante seja subsidiado em prol da agricultura familiar. As FAFENS de Sergipe e Bahia empregam diretamente 1.500 trabalhadores, e são gerados mais de 5.000 empregos indiretos na cadeia produtiva dessa indústria” – informa Bruno Dantas do Sindipetro-AL/SE.

As FAFENS de Sergipe e Bahia são responsáveis por 30% da produção de fertilizantes do Brasil, que importa 70% de sua produção.

“Parece auto-sabotagem com intenção de hibernar e privatizar essas fábricas, tendo em vista que o merca-

do de fertilizantes tem uma grande perspectiva de crescimento no país com a expansão da agricultura, seja do agronegócio ou a familiar visando a soberania alimentar. Na verdade, existem interesses de empresas estrangeiras como a russa Acron e a Bungie, que foi presidida por Pedro Parente, ex-presidente da Petrobrás, na saída desse mercado. Há tempos o Sindipetro-AL/SE está denunciando isso e vai continuar na luta para impedir essa intenção de entrega do patrimônio brasileiro que representam as FAFENS de Sergipe e Bahia” – concluiu Dantas.

Na edição do Boletim 26, o Sindipetro-RJ publicou um apanhado completo da situação das FAFENS, confira em <https://bit.ly/2D1nno5>

## PETROBRÁS DIVULGA RESULTADOS

A Petrobrás informa que apresentará hoje (6), a partir das 9h da manhã, o detalhamento dos resultados operacionais e financeiros do terceiro trimestre de 2018.

Ainda sobre os resultados, a Petrobrás confirma agendamento de REUNIÃO NESTA QUINTA-FEIRA (8), NO EDISE, para apresentar aos representantes da FNP os resultados financeiros da empresa e também para discutir a metodologia de acordo de PLR.



# PROPOSTA ALTERNATIVA AO ATUAL EQUACIONAMENTO E A UM PETROS 3

Convidamos todos à apresentação que o conselheiro Ronaldo Tedesco fará à direção do Sindipetro-RJ na próxima segunda-feira, dia 12 de novembro, a partir das 17h.

A proposta vem sendo construída no campo do Fórum de Defesa dos participantes da Petros, campo que a FNP conscientemente aglutinou para organizar as lutas políticas, técnicas e jurídicas - a partir daqueles que sempre lutaram contra a reforma da previdência nas estatais, que dentro da Petrobrás ficou carimbada como Repactuação - reforma que consolidava a retirada de direitos dos trabalhadores, fragilizando as fontes de custeio do plano, as obrigações das patrocinadoras. Este campo vem se ampliando e constituindo, de fato, uma ampla unidade em torno da defesa dos participantes da Petros.

Até agora avançam no âmbito do fórum, as simulações considerando o atual déficit, bem como o que já se avizinha no fechamento do ano de 2018, que teria que ser equacionado, já em 2019, aumentando os descontos que vêm sendo executados por força do atual PED, ou que, porventura, estejam suspensos por liminares da justiça. Desta forma, se buscam alternativas que, juntas, somem e respondam à magnitude dos déficits do plano, mas que, também, no curto prazo, reduzam os descontos totais, minorando os danos que tem sofrido cada participante. Link da apresentação do Tedesco: <https://bit.ly/2AOnxhc>

Portanto, a proposta Alternativa ao PED visa mitigar seus danos e o impacto sobre os participantes, preservar a estrutura do plano de Benefício Definido (PPSP), os direitos, cobrar responsabilidades e promover a sustentabilidade. É uma contraproposta

técnica, política e jurídica à atual proposta de PED das direções da Petrobrás, Petros e dos governos de plantão, proposta que, a nosso ver, acabará por inviabilizar o PPSP (Benefício Definido), viabilizar um novo ataque com uma ampla, geral e irrestrita repactuação com o lançamento de um "novo plano" (Petros 3?), anulando direitos, impondo calotes definitivos em prováveis passivos (dívidas) e nas fontes de custeio do plano e, por consequência, das aposentadorias.

Tal formulação está em fase de ajuste para ser levada a deliberação pela categoria. As entidades Representativas de Participantes e Assistentes, reunidas no Fórum em Defesa da Petros e seus Participantes, estão analisando a proposta, buscando o consenso, visando manter o Plano Petros do Sistema Petrobrás - PPSP garantindo sua viabilidade.

ATUAL PED	PROPOSTA ALTERNATIVA AO PED Medidas:	Estimativas dos Montantes Atuariais (em milhões)	
		Não Repactuado	Repactuado
263,29% das atuais contribuições normais	- Aumento das contribuições em 50%	R\$ 1.538,00	R\$ 5.625,00
	- Introdução da contribuição das pensionistas no mesmo patamar dos ativos e assistidos	R\$ 345,00	R\$ 900,00
	- Deflator de 2,8% nos reajustes dos benefícios concedidos por 5 anos	R\$ 3.498,00	R\$ 10.300,00
	- BDP (repactuados) e deflator de 2,8% nos Benefícios a conceder e por 5 anos	R\$ 808,00	R\$ 4.491,00
	- Introdução de contribuição de 20% sobre pecúlio por morte	R\$ 206,00	R\$ 628,00
	- Introdução de contribuição de 50% sobre abono anual e líquido contribuição normal	R\$ 722,00	R\$ 2.446,00
	Total	R\$ 7.117,00	R\$ 24.390,00

## CURTAS PETROLEIRAS

Nos dias 08 e 09/11, o Sindipetro-RJ estará com a banquinha de sindicalização no EDISE, conversando com a categoria, realizando novas filiações, esclarecendo dúvidas e recebendo sugestões.

A sindicalização fortalece o seu sindicato!  
**Sindicalize-se!**



## CONTEÚDO LOCAL FUNCIONA!

As duas últimas plataformas de petróleo recebidas pela Petrobrás "jogam lenha" na discussão se é melhor fazer encomendas à indústria nacional ou no exterior. A P-69, construída no Brasil e entregue em 31 de agosto, foi inspecionada e liberada em 5 dias e já está produzindo o primeiro óleo. Já a P-67, que chegou em julho da China, continua parada porque precisa de reparos antes de receber licença de operação. Neste caso, a política de conteúdo local mostra como pode ser eficaz para o Brasil.

## JURÍDICO TERÁ ATENDIMENTO PARCIAL NA QUINTA (8)

Excepcionalmente nesta quinta (8), o Departamento Jurídico do Sindipetro-RJ não realizará atendimento entre 13h e 16h por conta de uma reunião interna com caráter organizativo. Vale lembrar que às sextas-feiras não ocorre atendimento ao público.

## RECADASTRAMENTO AMS

A atualização cadastral da AMS para os aposentados que descontam o pagamento em contracheque foi prorrogada para o dia 31/12 e deve ser feita pelo link [servicos.petrobras.com.br](http://servicos.petrobras.com.br), Botão de Serviços, que está temporariamente inoperante e a equipe técnica já está trabalhando para resolver o problema.